



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 6.2025.AJ-PGJ.2025678.2024.028597

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Projeto de Lei que estabelece alterações no quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, criando cargos em comissão, funções de confiança e dá outras providências.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais,

Com amparo nos arts. 29, incisos III e XXXIII, e 33, I e II, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, submeto à elevada apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que estabelece alterações no quadro de pessoal dos servidores da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com a criação de 92 (noventa e dois) cargos em comissão de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final, 111 (cento e onze) funções de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final e 24 (vinte e quatro) funções de confiança de Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça, e a modificação da remuneração do cargo de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial e dá outras providências.

A presente propositura, devidamente aprovada pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça em sessão realizada no dia 05 de dezembro de 2025, tem por objetivo primordial o fortalecimento da estrutura de apoio técnico e administrativo dos órgãos de execução do Ministério Público, medida imperativa para fazer frente ao aumento significativo da complexidade e do volume das demandas sociais.

O projeto prevê a criação de 92 (noventa e dois) cargos em comissão de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final, 111 (cento e onze) funções de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final e 24 (vinte e quatro) funções de confiança de Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça. Adicionalmente, propõe-se a necessária adequação remuneratória do cargo de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, visando à simetria e à isonomia institucional.

É fundamental destacar que a criação destes cargos observa rigorosamente os parâmetros constitucionais e o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 1010 de Repercussão Geral. As vagas propostas destinam-se

exclusivamente a funções de direção, chefia e assessoramento.

No que tange à proporcionalidade exigida pelo STF, a proposta encontra-se plenamente alinhada à capacidade institucional. O Ministério Público do Amazonas possui, atualmente, 437 cargos efetivos, o que autorizaria, dentro do limite prudencial, a criação dos cargos e funções gratificadas. Com a aprovação deste projeto, a Instituição permanecerá dentro dos limites legais e constitucionais de proporcionalidade entre servidores efetivos e comissionados.

A instituição das funções de Chefe de Gabinete visa profissionalizar a gestão interna das Promotorias e Procuradorias, permitindo que os Membros do Parquet dediquem-se com maior exclusividade à atividade-fim jurídica. As atribuições destes chefes foram descritas de forma clara e objetiva no projeto.

Por fim, ressalto que as despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria-Geral de Justiça, em estrita observância aos artigos 169 da Constituição Federal e às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000).

Diante da relevância da matéria para o aprimoramento da prestação jurisdicional e do atendimento à sociedade amazonense, solicito o apoio de Vossa Excelência e dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

(assinado eletronicamente)

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

2025 ANTEPROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º _____ DE _____ DE

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS** decretou e eu sanciono a presente

LEI:

Art. 1º Ficam criados, na estrutura e na composição do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Amazonas, 92 (noventa e dois) cargos em comissão de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final, simbologia MP.06.03, de livre nomeação e exoneração, a serem lotados nas Promotorias de Justiça de Entrância Final.

Art. 2º Ficam criados, na estrutura e na composição do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Amazonas, as seguintes funções de confiança:

I - 111 (cento e onze) funções de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final; e

II - 24 (vinte e quatro) funções de confiança de Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça.

Art. 3º As nomeações e as exonerações dos cargos de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final, que pressupõe relação de confiança entre o Promotor de Justiça e o servidor indicado, bem como as funções de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final e Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça, são de atribuição do Procurador-Geral de Justiça, precedidas de livre indicação dos membros titulares das respectivas Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça.

Art. 4º A remuneração dos cargos e das funções criados por esta Lei corresponderá aos valores que deverão ser inseridos no Anexo IX da Lei nº 3.147, de 6 de julho de 2007, com última alteração dada pela Lei nº 7.637, de 08 de julho de 2025.

Parágrafo único. O servidor efetivo nomeado para o exercício do cargo em comissão de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final poderá optar por receber a remuneração do seu cargo efetivo, acrescida de uma representação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do cargo comissionado.

Art. 5º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos em comissão de que trata esta Lei é de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 8 (oito) horas diárias.

Art. 6º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes das funções de confiança de que trata esta Lei corresponderá àquela inerente ao seu cargo de origem.

Art. 7º São atribuições do cargo de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final:

I - prestar assessoramento jurídico direto aos Promotores de Justiça de Entrância Final em assuntos inerentes às atividades judiciais e extrajudiciais, inclusive, na seara eleitoral;

II - elaborar minutas de peças processuais e demais documentos jurídicos, pesquisando códigos, leis, doutrinas, jurisprudências e outras fontes do direito;

III - acompanhar processos judiciais e extrajudiciais de interesse da Promotoria de Justiça de Entrância Final;

IV - elaborar relatórios e preparar quaisquer outras informações de cunho jurídico, a cargo da Promotoria de Justiça de Entrância Final;

V - participar de reuniões e auxiliar em audiências;

VI - auxiliar na coleta de dados e informações necessárias para a instrução de procedimentos investigatórios; e

VII - desenvolver outras atividades correlatas determinadas pelo Promotor de Justiça de Entrância Final.

Art. 8º São atribuições da função de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final, sem prejuízo das atribuições do cargo do servidor efetivo designado para o exercício dessas funções:

I - coordenar e supervisionar as atividades administrativas da Promotoria de Justiça de Entrância Final;

II - auxiliar o Promotor de Justiça de Entrância Final na gestão de pessoal e recursos materiais;

III - organizar a agenda e os compromissos do Promotor de Justiça de Entrância Final;

IV - supervisionar a elaboração e o fluxo de documentos e correspondências da Promotoria de Justiça de Entrância Final;

V - organizar e manter atualizado o arquivo de relatórios, ofícios, notificações, intimações, requisições e outros expedientes da unidade ministerial; e

VI - executar outras atividades correlatas determinadas pelo Promotor de Justiça de Entrância Final.

Art. 9º São atribuições da função de confiança de Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça, sem prejuízo das atribuições do cargo do servidor efetivo designado para o exercício dessas funções:

I - coordenar e supervisionar as atividades administrativas da Procuradoria de Justiça;

II - auxiliar o Procurador de Justiça na gestão de pessoal e recursos materiais;

III - organizar a agenda e os compromissos do Procurador de Justiça;

IV - supervisionar a elaboração e o fluxo de documentos e correspondências da Procuradoria de Justiça;

V - organizar e manter atualizado o arquivo de relatórios, ofícios, notificações, intimações, requisições e outros expedientes da unidade ministerial; e

VI - executar outras atividades correlatas determinadas pelo Procurador de Justiça.

Art. 10 Os cargos destinados ao assessoramento dos membros do Ministério Público de Entrância Final na atividade jurídico-finalística e as funções de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final e de Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça observarão as seguintes diretrizes:

I - O cargo comissionado de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça Entrância Final será ocupado por Bacharel em Direito;

II - A função de confiança de Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final será ocupada, preferencialmente, pelo Agente-Técnico Jurídico previamente lotado na Promotoria de Justiça respectiva e, não sendo possível, por servidor efetivo, com formação em Nível Superior, lotado na mesma unidade; e

III - A função de confiança de Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça será ocupada, preferencialmente, por servidor efetivo previamente lotado na Procuradoria de Justiça respectiva, com formação em Nível Superior.

Art. 11 Veda-se o exercício da advocacia e de consultoria, pública e privada, a todos os titulares, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, de cargos comissionados privativos de bacharéis em Direito.

Art. 12 É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante a designação ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta ou indireta dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras do Ministério Público do Estado do Amazonas, caso em que a vedação é restrita à designação ou nomeação para exercício perante o membro ou servidor determinante da incompatibilidade.

Art. 13 Em decorrência da criação dos cargos em comissão de Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final, os cargos de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial passam a ter a simbologia MP.06.02.

Art. 14 A remuneração do cargo de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, criado pela Lei n.º 4.606, de 5 de junho de 2018, passa a ter o valor constante desta Lei.

Art. 15 Os Anexos IX e X da Lei nº 3.147, de 6 de julho de 2007, com última alteração dada pela Lei nº 7.637, de 08 de julho de 2025, passam a vigorar com a redação do Anexo Único desta Lei.

Art. 16 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Procuradoria-Geral de Justiça, observando o previsto no artigo 169 da Constituição Federal de 1988 e as normas pertinentes da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

ANEXO IX

QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CARGO EM COMISSÃO	PADRÃO	CÓDIGO	QTD	VALOR INTEGRAL (R\$)
Diretor-Geral	07	MP.06.07	1	29.469,11
Assessor de Segurança Institucional	06	MP.06.06	1	27.364,19
Diretor de Administração			1	
Diretor de Orçamento e Finanças			1	
Diretor de Planejamento			1	
Diretor de Tecnologia da Informação			1	
Assessor Jurídico de Procurador-Geral de Justiça	05	MP.06.05	3	25.259,24
Assessor Jurídico de Subprocurador-Geral de Justiça			14	
Assessor Jurídico de Procurador de Justiça			24	
Assessor Jurídico de Corregedor-Geral de Justiça			1	
Assessor Jurídico de Ouvidor-Geral do Ministério Público			1	
Assessor Adjunto de Segurança Institucional			1	
Assessor de Comunicação	04	MP.06.04	1	23.154,32
Assessor de Relações Públicas e Cerimonial			1	
Assessor Jurídico de Promotor de Justiça de Entrância Final	03	MP.06.03	92	6.000,00
Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial	02	MP.06.02	72	6.000,00
TOTAL			216	-

ANEXO X

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

FUNÇÕES DE CONFIANÇA	CÓDIGO	QTD	VALOR (R\$)
Chefe da Divisão da Secretaria dos Órgãos Colegiados - SOCL	MP.FC.01	1	8.840,72
Chefe da Divisão da Unidade Administrativa Descentralizada - UNAD		1	
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON		1	
Chefe da Divisão de Controle Interno - DCI		1	
Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC		1	
Chefe da Divisão de Movimentação de Processos e Expedientes - DIMPE		1	
Chefe da Divisão de Recursos Humanos - DRH		1	
Chefe da Divisão do Centro de Atendimento ao Público - CAP		1	
Chefe da Divisão do Núcleo de Apoio Técnico - NAT		1	
SUBTOTAL		9	
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET		1	7.998,77
Chefe do Setor de Sistemas de Informação - SSI		1	
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS		1	
Chefe do Setor de Patrimônio e Material - SPAT		1	

	MP.FC.02		
Chefe do Setor de Conservação e Manutenção Patrimonial - SCMP		1	
SUBTOTAL		5	
Chefe da Seção de Transportes - SETRANS	MP.FC.03	1	7.156,79
Chefe da Seção de Almoxarifado - SAL		1	
Chefe da Seção de Folha de Pagamento - SFP		1	
SUBTOTAL		3	
Chefe de Gabinete de Procuradoria de Justiça	MP.FC.04	24	3.000,00
Chefe de Gabinete de Promotoria de Justiça de Entrância Final		111	
SUBTOTAL		135	
TOTAL		152	-

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus/AM, de de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Leda Mara Nascimento Albuquerque, Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 09/12/2025, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2025678** e o código CRC **7FFACE60**.